

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.508 - DF (2019/0302218-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CLINICA VETERINARIA FREGONESI EIRELI  
**OUTRO NOME** : PET SHOP FREGONESI LTDA ME  
**ADVOGADO** : MARCELO MULLER LOBATO E OUTRO(S) - DF016442  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : KÁTIA MARQUES FERREIRA - DF030744  
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS E OUTRO(S) - DF038706

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de CLINICA VETERINARIA FREGONESI EIRELI contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONEXÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PERÍODICIDADE INFERIOR A UM ANO. PREVISÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. A legalidade ou não da capitalização de juros, por se tratar de matéria unicamente de direito, dispensa a realização de perícia técnica, de demanda de fácil resolução e com a utilização de simples pois trata-se cálculos matemáticos.*

*2. Não há falar em cerceamento de defesa ou de ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa, porquanto oportunizado, durante todo o tramite processual, o livre exercício das prerrogativas processuais necessárias ao desenvolvimento do feito.*

*3. Reputam-se conexas duas ou mais demandas quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, ou seja, que se fundamentem, em essência, no mesmo fenômeno jurídico, subjacente aos processos e com evidente risco de decisões conflitantes e inconciliáveis.*

*4. O contrato entabulado entre as partes é de financiamento por meio de Cédula de Crédito Bancário, portanto perfeitamente possível a capitalização de juros. Isso porque tal modalidade é regida pela Lei nº 10.931/04 que, em seu art. 28, § 1º, inciso I, admite a expressa contratação de capitalização de juros, segundo a periodicidade pactuada entre os contratantes.*

*5. A possibilidade de previsão da capitalização mensal dos juros é considerada lícita a partir da entrada em vigor da Medida*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Provisória nº 2.176-36, de 23 de agosto de 2001. A capitalização de juros mensais tem previsão legal, conforme preceitua o art. 5º da referida Medida Provisória.*

*6. O STF ao julgar a ADIN 2.316-1 entendeu que a Medida Provisória n.2.170-36, que autorizou a capitalização de juros em empréstimos bancários com periodicidade inferior a um ano, é constitucional.*

*7. Recurso conhecido e desprovido." (e-STJ fl. 298/299)*

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação da Lei 10.931/04, bem como dos artigos 330, 394, 396, 421 e 843 do Código Civil e 4º, 6º, 31, 46 e 54 do Código de Defesa do Consumidor, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que deve prevalecer o entendimento esposado nos acórdãos paradigmas, que julgam nefastas a capitalização mensal dos juros e a remuneração excessiva dos mesmos superiores à taxa média do mercado.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 358/366 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas ou dos votos condutores dos acórdãos.

Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos. Confirmam-se os seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.*

*(...)*

*III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso.*

*IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 03.10.2005)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.*

*(...)*

*IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro FELIX FISCHER, DJ de 26.09.2005)*

Ainda que superado o óbice acima, não prospera o pleito de reconhecimento de ilegalidade da capitalização mensal dos juros e a remuneração excessiva por cobrança de juros superiores à taxa média do mercado.

Quanto à capitalização mensal dos juros, tem-se que a jurisprudência desta Eg. Corte pacificou-se no sentido de que, para a cobrança da capitalização mensal dos juros, faz-se necessária a presença, cumulativa, dos seguintes requisitos: (a) legislação específica possibilitando a pactuação, como nos contratos bancários posteriores a 31.3.2000 (MP nº 1.963-17/2000, reeditada pela MP nº 2.170-36/2001), em vigência em face do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32/2001 (AgRg no REsp nº 1.052.298/MS, Quarta Turma, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe de 1º.3.2010); e (b) expressa previsão contratual quanto à periodicidade. Neste sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE.*

*1. Consideram-se preclusas as matérias que, veiculadas no recurso especial e dirimidas na decisão agravada, não são reiteradas no agravo interno. Precedentes.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial representativo de controvérsia, fixou o entendimento de que as instituições financeiras não estão submetidas à Lei de Usura, não obstante as instâncias ordinárias possam identificar a abusividade dos juros remuneratórios à luz do caso concreto. Conclusão da*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Corte a quo, quanto à ausência de excesso manifesto na taxa de juros, insuscetível de reexame, em sede recurso especial, ante os óbices das Súmulas 5 e 7/STJ.*

*3. A Segunda Seção do STJ, em sede de recurso representativo da controvérsia, firmou o entendimento de que, após a Medida Provisória n. 1.963-17/2000, é permitida a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual, quando expressamente pactuada, assim considerada a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal.*

*4. A revisão do entendimento do Tribunal de origem, no tocante à expressa pactuação da capitalização de juros, demandaria a interpretação de cláusulas contratuais, juízo vedado pela Súmula 5/STJ.*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1036086/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018)*

No caso dos autos, o Tribunal de origem reconheceu expressamente a existência de pactuação:

*"No que tange à capitalização de juros, cuidando-se de contrato firmado após a edição da Medida Provisória nº 1963-17, de 31/03/00, reeditada sob o nº 2170-36/01, não há qualquer ilegalidade na cobrança, pois prevista no contrato, conforme se verifica da Cédula de Crédito Bancário n. 142.304.832 que instrui os presentes autos." (e-STJ, fls.303)*

Como visto, o entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior.

Quanto ao caráter abusivo do percentual dos juros moratórios, verifica-se que o tema não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. PROCESSO CIVIL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO REALIZAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF quando as questões suscitadas no recurso especial não tenham sido debatidas no*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*acórdão recorrido nem, a respeito, tenham sido opostos embargos declaratórios.*

(...)

3. *Agravo regimental desprovido.*” (AgRg no AREsp 544.459/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 25/11/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 12% para 13% do valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator